

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO DO TRABALHO

1	FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	23
1.1	Fontes do Direito do Trabalho	23
1.2	Princípios. Introdução	29
1.3	Princípios do Direito do Trabalho. Visão geral	30
1.4	Princípio da proteção. Estudo mais aprofundado	33
1.4.1	Princípio da condição mais benéfica	35
1.4.2	Princípio da norma mais favorável	47
1.4.3	Princípio do <i>in dubio pro operario</i>	54
1.5	Princípios da Administração Pública	56
1.5.1	Breve histórico	56
1.5.2	Princípios da Administração Pública na Constituição Federal de 1988	57
	RESUMO	59
	QUESTÕES	61
2	DIREITO CONSTITUCIONAL DOS TRABALHADORES	69
2.1	Art. 7º da Constituição Federal de 1988	69
2.2	Aplicação dos direitos do art. 7º da Constituição Federal ao servidor público	94
	RESUMO	95
	QUESTÕES	97
3	RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	101
3.1	Relação de trabalho e relação de emprego. Distinção	101
3.2	Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	104
3.3	Agentes públicos	114
3.3.1	Empregados de empresas estatais	117
3.3.2	Empregados que ingressaram antes da CF/1988. Art. 19 do ADCT	119
3.3.2.1	Conversão de regime	120
3.3.3	A “suspensão” e o fim do regime jurídico único	126
3.3.4	Servidores temporários	129
3.3.5	Empregados públicos em comissão	133
3.3.6	Competência – Breve resumo	135
	RESUMO	135
	QUESTÕES	136

4	SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	145
4.1	Sujeitos do contrato de trabalho	145
4.2	Grupo econômico	147
4.3	Sucessão de empresas	148
4.4	Relações envolvendo sujeitos especiais: trabalho do adolescente e trabalho da mulher....	149
4.4.1	Trabalho do adolescente.....	149
4.4.1.1	Trabalho do aprendiz	151
4.4.2	Trabalho da mulher	152
4.5	O Poder Público como empregador.....	161
4.5.1	Restrições às contratações realizadas pela Administração Pública	163
4.5.1.1	Concurso público.....	163
4.5.1.2	Acumulação de postos e teto constitucional	180
4.5.1.3	Restrições trazidas pela legislação eleitoral.....	187
	RESUMO	189
	QUESTÕES	190
5	CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	199
5.1	Caracterização do contrato de trabalho.....	199
5.2	Tipos de contrato de trabalho: por prazo indeterminado; prazo determinado e trabalho intermitente	202
5.2.1	Contrato por prazo indeterminado	202
5.2.2	Contrato por prazo determinado.....	202
5.2.3	Do trabalho intermitente	205
5.3	Alteração no contrato de trabalho.....	208
5.4	Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	210
5.4.1	Interrupção	210
5.4.2	Suspensão.....	211
5.5	Do dano extrapatrimonial	214
5.6	Do teletrabalho.....	216
5.7	O contrato de trabalho e as especificidades do poder público. Aspectos gerais.....	218
5.8	Contrato de estágio na Administração Pública	225
	RESUMO	228
	QUESTÕES	229
6	EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	241
6.1	Resilição	241
6.2	Resolução	243
6.3	Rescisão.....	245
6.4	Outras hipóteses de término do contrato de trabalho	245
6.5	Obrigações do empregador decorrentes do término do contrato	249
6.5.1	Extinção da homologação das verbas trabalhistas	249
6.5.2	Recibo de quitação das verbas trabalhistas.....	251
6.5.3	Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	251

SUMÁRIO

6.5.4	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	252
6.5.5	Fim da assistência na rescisão contratual	252
6.5.6	Multa do art. 477, §8º da CLT	253
6.5.7	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	253
6.5.8	Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	254
6.6	Aviso-prévio	254
6.6.1	Duração do aviso-prévio.....	255
6.6.2	Base de cálculo do aviso-prévio	255
6.6.3	Estabilidade durante o aviso-prévio	255
6.6.4	Procedimento	256
6.6.5	Reconsideração do aviso-prévio	257
6.6.6	Falta grave no curso do aviso-prévio.....	257
6.7	Constitucionalidade da rescisão do contrato de trabalho decorrente da extinção de Autarquias.....	257
	RESUMO	260
	QUESTÕES	261
7	ESTABILIDADE	275
7.1	A estabilidade no direito do trabalho.....	275
7.1.1	Estabilidades provisórias.....	276
7.2	Estabilidade na Administração Pública e outras prerrogativas dos servidores públicos. Introdução	282
7.3	Cargos públicos e empregos públicos	283
7.4	O ingresso na Administração Pública.....	283
7.5	A disponibilidade.....	284
7.6	A irredutibilidade de vencimentos	284
7.6.1	Irredutibilidade em termos reais ou nominais?	285
7.7	Regime previdenciário	288
7.8	Aposentadoria compulsória	290
7.9	Estabilidade no âmbito da Administração Pública	296
7.9.1	A estabilidade como prerrogativa	297
7.9.2	Estabilidade excepcional. Artigo 19 do ADCT	301
7.9.3	Empregados públicos e estabilidade	309
7.9.4	Dispensa de empregado não estável e o dever de motivação dos atos.....	314
7.9.5	Estabilidade da Gestante x Nulidade do contrato de trabalho.....	317
	RESUMO	318
	QUESTÕES	320
8	DURAÇÃO DO TRABALHO E FÉRIAS	331
8.1	Duração da Jornada de trabalho.....	331
8.2	Da anotação do horário de trabalho. Registro de ponto por exceção.....	339
8.3	Horas <i>in itinere</i>	340
8.4	Horas de sobreaviso e prontidão.....	340

8.5	Regime em tempo parcial.....	340
8.6	Períodos de descanso	342
8.6.1	Intervalos.....	342
8.6.2	Descanso semanal remunerado e feriado	342
8.7	Trabalho noturno.....	343
8.8	Férias	344
8.8.1	Perda do direito de férias – Art. 133 da CLT	345
8.8.2	Concessão e época das férias.....	345
8.8.3	Fracionamento das férias	345
8.8.4	Remuneração das férias.....	345
8.8.5	Abono de férias.....	347
	RESUMO	347
	QUESTÕES	348
9	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	371
9.1	Distinção	371
9.2	Salário mínimo, salário profissional, piso salarial, salário normativo e salário complessivo.....	373
9.2.1	Salário mínimo.....	373
9.2.2	Salário profissional.....	373
9.2.3	Piso salarial	373
9.2.4	Salário normativo.....	373
9.2.5	Salário complessivo.....	374
9.3	Parcelas salariais.....	374
9.3.1	Comissões e porcentagens	375
9.3.2	Gratificações	376
9.3.3	Décimo terceiro salário	377
9.3.4	Quebra de caixa.....	377
9.3.5	Adicionais	378
9.4	Parcelas sem natureza salarial	384
9.5	Salário utilidade ou salário <i>in natura</i>	385
9.6	Formas e meio de pagamento do salário	387
9.7	Garantias de proteção ao salário.....	387
9.8	Reajustes salariais x limitações orçamentárias.....	388
9.9	Teto remuneratório e a administração pública.....	391
9.10	Teto remuneratório e as empresas estatais	395
9.11	Pagamento indevido no âmbito da administração pública.....	397
9.12	Servidor público e remuneração inferior ao salário mínimo	399
	RESUMO	400
	QUESTÕES	401
10	EQUIPARAÇÃO SALARIAL	423
10.1	Equiparação salarial na CLT	423
10.2	Equiparação salarial e a Administração Pública.....	429

10.2.1 Pleitos por isonomia na Administração Pública.....	430
RESUMO	433
QUESTÕES.....	433
11 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	437
11.1 Aspectos gerais.....	437
11.1.1 Terceirização e responsabilidade da tomadora	442
11.1.2 Crítica doutrinária	444
11.2 Terceirização, trabalho temporário e servidores temporários.....	445
11.2.1 Servidores temporários (art. 37, IX, CF).....	445
11.2.2 Trabalho temporário.....	445
11.3 Terceirização na Administração Pública	447
11.3.1 Aspectos Introdutórios.....	447
11.3.2 A responsabilização da Administração Pública em casos de terceirização de serviços: evolução jurisprudencial.....	449
11.3.3 A contratação ilegal de trabalhadores por empresa interposta e a impossibilidade de formação de vínculo com a Administração Pública	458
11.3.4 Observação de cunho processual: necessidade de esgotamento das vias ordinárias para a apresentação de reclamação do STF.....	461
11.3.5 Juros e terceirização	462
RESUMO	462
QUESTÕES.....	463
12 FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	469
12.1 Introdução	469
12.2 Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	474
12.3 Parcelas sobre as quais incide o FGTS	475
12.4 Hipóteses de saques dos depósitos	481
12.5 Prescrição quinquenal do FGTS.....	484
12.6 Ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS.....	486
12.7 FGTS e a administração pública	487
12.7.1 Administração Pública e Certificado de Regularidade do FGTS.....	487
12.7.2 FGTS e o reconhecimento de nulidade do contrato de trabalho com a Administração Pública. Temas de Repercussão Geral nº 916 e 1189. Prescrição quinquenal e prescrição bienal.....	488
12.7.3 FGTS e o servidor público ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, contratado sob o regime jurídico trabalhista.....	491
12.7.4 FGTS e atualização monetária	492
12.7.5 Justiça competente para as causas quem se pede a declaração de nulidade do contrato temporário firmado com o Poder Público e o depósito do FGTS. Justiça comum.....	493
RESUMO	494
QUESTÕES.....	495

13	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	499
13.1	Prazo prescricional para ingressar com ação trabalhista.....	499
13.2	Prescrição nos Contratos que ainda estão em curso.....	503
13.3	Prescrição total e prescrição parcial.....	503
13.4	Causas que interferem na contagem do Prazo Prescricional.....	504
13.5	Prescrição intercorrente.....	505
13.6	Decadência	506
13.7	Prescrição e a administração pública	506
13.7.1	Mudança de regime celetista para estatutário. Caracterização da extinção do contrato e início da contagem da prescrição bienal	506
13.7.2	Prescrição da pretensão executiva de condenação imposta à Fazenda Pública....	508
13.7.3	Atos de improbidade administrativa na EBCT e não aplicação da prescrição intercorrente	509
	RESUMO	511
	QUESTÕES	511
14	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	519
14.1	Organização sindical brasileira.....	519
14.1.1	Fundação do sindicato e a Convenção nº 87 da OIT	521
14.1.2	Livre filiação dos trabalhadores	522
14.1.3	Organização do sindicato.....	523
14.1.4	Custeio do sindicato	523
14.1.5	Legitimidade dos sindicatos para pleitear direitos da categoria	528
14.2	Contribuição confederativa	530
14.3	Contribuição assistencial. tema de repercussão geral nº 935.....	531
14.4	Federação e confederação.....	532
14.4.1	Órgãos das Federações e Confederações	533
14.5	Centrais Sindicais	533
14.6	Representação dos trabalhadores no local de trabalho	535
14.7	Liberdade sindical e a previsão legal de número máximo de dirigentes sindicais dotados de estabilidade de emprego	537
14.8	Negociação Coletiva.....	539
14.8.1	Distinção entre convenção e acordo coletivo de trabalho.....	539
14.8.2	Legitimados para as negociações coletivas	542
14.8.3	Prazo de vigência	543
14.8.4	Normas para conciliação de divergências.....	544
14.8.5	Prorrogação e revisão total ou parcial dos dispositivos.....	544
14.9	Os dissídios econômicos e a Administração Pública.....	544
14.10	Sindicatos de trabalhadores submetidos ao regime estatutário. Incompetência da justiça do trabalho	550
14.11	Lei estadual x prestação de contas pelos sindicatos.....	552
14.12	Justiça do Trabalho não pode exigir a prévia conclusão da negociação coletiva para que as entidades da administração pública possam demitir os seus empregados e realizar a sua extinção	553

SUMÁRIO

RESUMO	554
QUESTÕES	555
15 GREVE	565
15.1 Aspectos gerais	565
15.2 Greve abusiva	568
15.3 <i>Lock-out</i>	573
15.4 Direitos e deveres dos grevistas	573
15.5 Greve em serviços essenciais.....	573
15.6 Requisitos para o exercício do direito de greve	574
15.7 Comissão de conciliação prévia.....	575
15.8 Aspectos gerais.....	579
15.8.1 Direito de greve e a Administração Pública: evolução jurisprudencial no âmbito do STF.....	577
15.8.1.1 As teorias acerca do mandado de injunção	578
15.8.1.2 Posicionamento do STF	579
15.9 Principais características da greve não abusiva no serviço público	585
15.9.1 Tentativa séria de composição das partes	585
15.9.2 Assembleia geral.....	588
15.9.3 Prazo de comunicação.....	589
15.9.4 Manutenção dos serviços essenciais.....	590
15.9.5 Movimento pacífico	591
15.10 Principais precedentes jurisprudenciais	592
15.10.1 Desconto de salário pelos dias paralisados.....	593
15.10.2 Competência.....	595
15.10.3 Greve de policiais.....	597
RESUMO	598
QUESTÕES	599
CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE	605

PARTE II DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

INTRODUÇÃO	609
16 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. PRINCÍPIOS E FONTES	611
16.1 Princípios processuais trabalhistas.....	611
16.2 Fontes do processo do trabalho	614
RESUMO	614
QUESTÕES	615
17 COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	619
17.1 Comissão de conciliação prévia.....	619

17.2	Organização da Justiça do Trabalho.....	624
	RESUMO	626
	QUESTÕES	626
18	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	629
18.1	Aspectos gerais do MPT	629
18.2	MPT e a Administração Pública	632
	RESUMO	635
	QUESTÕES	635
19	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	637
19.1	Conceito e critérios de divisão	637
19.2	Competência material da Justiça do Trabalho.....	638
19.2.1	Análise do art. 114 da CF/88.....	638
19.2.2	Tribunais Superiores e a delimitação da competência. Justiça do Trabalho X Justiça Comum	648
19.3	Competência em razão do lugar ou territorial da Justiça do Trabalho	660
19.4	Competência funcional da Justiça do Trabalho.....	664
19.5	Modificação de competência na Justiça do Trabalho.....	668
19.6	Competência normativa da Justiça do Trabalho	669
19.7	Servidores da Administração Pública e o art. 114, I, da CF/88	671
19.7.1	Empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista (pessoas jurídicas de direito privado).....	672
19.7.2	Servidores públicos estatutários e servidores públicos celetistas	676
19.7.3	Servidores temporários – art. 37, IX, CF/88.....	682
19.7.4	STJ - Conflito de Competência: caso de reclamação trabalhista ajuizada por servidor admitido SEM concurso público e sob o regime celetista antes da CF/88, na qual houve a cumulação de pedidos referente ao período posterior, trabalhado sob o regime de contratação temporária.....	686
19.7.5	Os casos de conversão do vínculo dos servidores no seio da Administração Pública (transposição do regime celetista para o regime estatutário)	687
19.7.6	Competência para o processamento e julgamento de ações de servidor envolvendo o FGTS.....	699
19.7.7	Competência para o processamento e julgamento do dissídio de greve dos servidores públicos.....	701
19.7.8	Competência para processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do concurso público em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal	702
19.7.9	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação de consignação em pagamento movida pela União contra sociedade empresária por ela contratada para a prestação de serviços terceirizados	702
19.7.10	Competência para processar e julgar ações que tratem sobre as condições de trabalho dos detentos	703
19.7.11	Competência para processar e julgar ações que objetivam a imposição de medidas para a erradicação do trabalho infantil	704

19.7.12 Competência para processar e julgar pedido de reintegração de empregado público após aposentadoria voluntária.....	706
19.7.13 A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público em que se pleiteia parcela de natureza administrativa....	708
19.7.14 Tabela sobre competências	710
19.8 Súmula 736 do STF.....	711
RESUMO	715
QUESTÕES.....	716
20 TIPOS DE PROCEDIMENTOS NO PROCESSO DO TRABALHO	727
20.1 Procedimento comum ordinário.....	727
20.2 Procedimento sumário.....	728
20.3 Procedimento sumaríssimo.....	730
20.4 Procedimento especial: inquérito para a apuração de falta grave	734
20.5 Vedação de aplicação do procedimento sumaríssimo nas causas em que for parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.....	735
20.6 Desnecessária a instauração do inquérito judicial previsto no artigo 853 da clt para apuração de falta grave, nos casos de empregado público detentor da estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT	736
RESUMO	736
QUESTÕES.....	737
21 DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	749
21.1 Capacidade de ser parte.....	749
21.2 Capacidade processual.....	750
21.3 Capacidade postulatória	752
21.4 Advogados na Justiça do Trabalho	755
21.5 Conceito de Fazenda Pública	768
21.6 Representação jurídica da Fazenda Pública no processo do trabalho.....	772
21.7 Honorários advocatícios e a Fazenda Pública.....	778
21.8 Constitucionalidade do pagamento de honorários advocatícios aos advogados públicos.....	785
RESUMO	788
QUESTÕES.....	789
22 ATOS, PRAZOS, NULIDADES E DESPESAS PROCESSUAIS	799
22.1 Atos processuais.....	799
22.2 Prazos processuais	802
22.3 Nulidades	802
22.4 Despesas processuais.....	804
22.4.1 Custas e emolumentos.....	804
22.4.2 Depósito recursal	805
22.4.3 Honorários do perito.....	806
22.5 A comunicação dos atos processuais e a Fazenda Pública.....	808
22.6 A Fazenda Pública e a prerrogativa dos prazos diferenciados.....	808

22.7	Despesas processuais e a Fazenda Pública.....	811
22.7.1	Das custas processuais.....	811
22.7.2	Do depósito recursal.....	812
	RESUMO	812
	QUESTÕES	813
23	RECLAMAÇÃO. EXCEÇÕES E CONTESTAÇÃO. REVELIA. RECONVENÇÃO. CONCILIAÇÃO. AUDIÊNCIAS. JUSTIÇA GRATUITA	825
23.1	Reclamação.....	825
23.2	Contestação e exceções	826
23.2.1	Contestação.....	826
23.2.2	Exceções	828
23.3	Revelia	831
23.4	Reconvenção.....	833
23.5	Audiência	834
23.6	Justiça Gratuita.....	839
23.7	Fazenda Pública X Revelia.....	842
23.8	Fazenda Pública X obrigatoriedade de comparecimento à Audiência e apresentação de defesa	843
	RESUMO	846
	QUESTÕES	850
24	DAS PROVAS	855
24.1	Conceito, objeto e destinatários.....	855
24.2	Princípios da prova.....	857
24.2.1	Isonomia.....	857
24.2.2	Contraditório e ampla defesa	858
24.2.3	Proibição da prova ilícita.....	859
24.2.3.1	Gravações realizadas por um dos interlocutores.....	859
24.2.4	Dispositivo e inquisitivo.....	860
24.2.5	Necessidade.....	861
24.2.6	Oralidade.....	861
24.2.7	Imediação ou Imediatidade	862
24.2.8	Comunhão da prova	862
24.3	Ônus da prova	862
24.3.1	Introdução.....	862
24.3.2	Distribuição do ônus da prova	864
24.3.2.1	Teoria Estática	864
24.3.2.2	Teoria Dinâmica.....	864
24.3.2.3	Teoria Convencional	865
24.3.2.4	Alguns casos na jurisprudência de ônus da prova	866
24.4	Prova emprestada.....	868
24.5	Meios de prova	869
24.5.1	Interrogatório e depoimento pessoal.....	869
24.5.2	Confissão.....	870

SUMÁRIO

24.5.3 Prova testemunhal	870
24.5.4 Prova documental	871
24.5.5 Prova pericial	872
24.5.6 Inspeção judicial	873
24.6 Encerramento da instrução	874
24.7 Provas e a Fazenda Pública	874
24.7.1 Necessidade de comprovação de legislação local	874
24.7.2 Princípio da isonomia e a Fazenda Pública	874
24.7.3 Ônus da prova e a Fazenda Pública	875
24.7.3.1 Tese fixada (STF – Tema 1118)	876
24.7.4 Prova documental e a Fazenda Pública	877
RESUMO	877
QUESTÕES	879
25 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	883
25.1. Inquérito para apuração de falta grave	883
25.1.1 Conceito e cabimento	883
25.1.2 Prazo para propositura da ação	884
25.1.3 Peculiaridades do procedimento	885
25.1.4 Efeitos da sentença	885
25.2 Ação Civil Pública	886
25.2.1 Introdução	886
25.2.2 Cabimento	886
25.2.3 Interesses tutelados	887
25.2.4 Competência	888
25.2.5 Legitimidade	892
25.2.6 Objeto e Tutelas de Urgência	893
25.2.7 Prescrição	895
25.2.8 Litispendência	895
25.2.9 Instrução	896
25.2.10 Sentença e seus efeitos	896
25.2.11 Despesas processuais e honorários advocatícios	898
25.2.12 Fazenda Pública e a ACP na Justiça do Trabalho	898
RESUMO	899
QUESTÕES	900
26 RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO	903
26.1 Disposições gerais	903
26.1.1 Conceito de recurso	903
26.1.2 Classificação dos recursos	904
26.1.3 Princípios recursais	906
26.1.4 Efeitos dos recursos	908
26.1.5 Juízo de admissibilidade	908
26.1.6 Pressupostos recursais	909
26.1.7 Possibilidade excepcional de juntada de documentos na fase recursal	917
26.1.8 Honorários recursais em sede de Ação Rescisória	917

26.2	Recursos trabalhistas em espécie.....	918
26.2.1	Embargos de declaração.....	918
26.2.2	Recurso Ordinário.....	920
26.2.3	Agravo de petição.....	922
26.2.4	Recurso de Revista.....	924
26.2.4.1	Da Transcendência x Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública.....	930
26.2.5	Embargos ao TST.....	943
26.2.6	Agravo de instrumento.....	946
26.2.7	Agravo Interno e Agravo de Instrumento: nova sistemática (Res. TST nº 224/2024).....	948
26.3	Remessa Necessária.....	948
26.4	Prazos recursais da Fazenda Pública.....	953
26.5	Legitimidade e representação da Fazenda Pública.....	953
26.6	Preparo e Custas nas ações que envolvem a Fazenda Pública.....	954
	RESUMO.....	956
	QUESTÕES.....	958
27	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO.....	987
27.1	Liquidação de sentença.....	987
27.2	Execução.....	991
27.2.1	Disposições gerais.....	991
27.2.2	Responsabilidade patrimonial.....	992
27.2.3	Modalidades de execução.....	995
27.3	Meios de defesa.....	1009
27.3.1	Embargos à execução.....	1009
27.3.2	Exceção de pré-executividade.....	1011
27.3.3	Impugnação à decisão de liquidação.....	1011
27.3.4	Embargos de terceiros.....	1012
27.4	Prescrição intercorrente no processo do trabalho.....	1012
27.5	Execução contra a Fazenda Pública.....	1013
	RESUMO.....	1026
	QUESTÕES.....	1028
28	DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO.....	1039
28.1	Da decadência.....	1040
28.2	Da prescrição.....	1041
28.2.1	Introdução.....	1041
28.2.2	Das formas de prescrição.....	1042
28.2.3	Disposições legais a respeito da prescrição.....	1042
28.2.4	Regras básicas sobre a prescrição trabalhista.....	1044
28.2.4.1	Regramento com previsão constitucional.....	1044
28.2.4.2	Prescrição total e parcial.....	1045
28.2.4.3	Causas que interferem na contagem do prazo prescricional.....	1045
28.2.4.4	Prescrição nos casos envolvendo o FGTS.....	1046
28.2.4.5	Prescrição em ações meramente declaratórias.....	1046

SUMÁRIO

28.2.5	Prescrição Intercorrente no Processo do Trabalho	1047
28.2.5.1.	Da Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo do Trabalho antes mesmo da Reforma Trabalhista	1053
28.2.5.2	Da Divergência (ou não) entre os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho	1056
28.2.5.3	Termo inicial do prazo prescricional intercorrente. Normas aplicáveis subsidiariamente à CLT no que tange a prescrição intercorrente	1058
RESUMO	1066
QUESTÕES	1066
29	AÇÃO RESCISÓRIA	1079
29.1	Cabimento	1079
29.2	Ação Rescisória e Execução.....	1081
29.3	Hipóteses.....	1081
29.3.1	Prevaricação, Concussão ou Corrupção do juiz	1082
29.3.2	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	1083
29.3.3	Quando a decisão resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1084
29.3.4	Ofender a coisa julgada	1085
29.3.5	Violar manifestamente norma jurídica	1086
29.3.6	Fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.....	1087
29.3.7	Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1087
29.3.8	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	1088
29.4	Competência.....	1089
29.5	Legitimidade.....	1091
29.6	Prazo	1093
29.7	Procedimento	1093
29.8	Honorários recursais em sede de Ação Rescisória	1094
29.9	Peculiaridades da Fazenda Pública.....	1095
29.9.1	Prazo	1095
29.9.2	Depósito Prévio.....	1095
RESUMO	1097
QUESTÕES	1098
30	MANDADO DE SEGURANÇA	1107
30.1	Pressupostos	1108
30.2	Prazo Decadencial	1108
30.3	Legitimidade Ativa	1109
30.4	Individual ou Coletivo	1109
30.5	Legitimidade Passiva	1110

30.6	Importância do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho: Irrecorribilidade Imediata das Decisões Interlocutórias	1111
30.6.1	Outras hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	1113
30.7	Competência.....	1114
30.8	Procedimento	1115
30.8.1	Indeferimento da Petição Inicial.....	1115
30.8.2	Recebimento da Petição Inicial	1116
30.8.3	Recursos	1117
30.9	Efeitos.....	1118
30.10	Peculiaridades da Fazenda Pública.....	1120
	RESUMO	1120
	QUESTÕES	1121
31	DISSÍDIO COLETIVO	1131
31.1	Conceito e Classificações	1131
31.2	Pressupostos Processuais Específicos.....	1132
31.2.1	Tentativa de Negociação Prévia e Comum Acordo	1132
31.2.2	Autorização em Assembleia.....	1133
31.2.3	Respeito à Época Própria de Ajuizamento.....	1134
31.2.4	Fundamentação das Cláusulas Reivindicadas.....	1135
31.2.5	Cumprimento do Estatuto	1136
31.3	Competência.....	1136
31.4	Legitimidade.....	1137
31.5	Procedimento	1138
31.5.1	Sentença Normativa.....	1139
31.5.2	Extensão	1140
31.5.3	Revisão	1140
31.5.4	Recursos	1141
31.6	Ação de Cumprimento.....	1141
31.7	Dissídio de Greve.....	1142
	RESUMO	1147
	QUESTÕES	1149

PARTE III

SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST RELEVANTES À ADVOCACIA PÚBLICA

DIREITO DO TRABALHO	1159
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1187
PARTE I – Direito do Trabalho	1187
PARTE II – Direito Processual do Trabalho.....	1189